

Dossier: Language, society, and social minorities (I)

Dossier: Lenguaje, sociedad y minorías sociales (I)

Este Dossiê reúne estudos que problematizam as relações entre linguagem, práticas sociais e processos históricos de produção de desigualdades. Em diferentes contextos, os textos que compõem este primeiro volume da coletânea evidenciam como os discursos, as formas de representação e os modos de circulação dos sentidos participam tanto da reprodução de estruturas de opressão quanto da construção de estratégias de resistência, reconhecimento e transformação social.

As exigências do presente momento histórico revelam desafios complexos diante da intensificação das desigualdades sociais, econômicas e políticas que atravessam a sociedade brasileira e global. A dinâmica contemporânea do capitalismo, marcada pela busca permanente de acumulação e ampliação de lucros, impõe uma reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho e a ampliação de formas precárias de inserção laboral, que tem produzido processos de expropriação de direitos sociais e aprofundamento das vulnerabilidades que atingem especialmente grupos historicamente subalternizados. Conforme destaca Ricardo Antunes (2018), o mundo do trabalho contemporâneo vem sendo marcado pela expansão da precarização, pela intensificação da exploração e pela constituição de uma “nova morfologia do trabalho”, na qual trabalhadores e trabalhadoras enfrentam condições cada vez mais instáveis e desprotegidas diante das transformações do capital. Nesse cenário, as desigualdades não se restringem à dimensão econômica, mas, também, se manifestam nos campos simbólico, cultural e linguístico, influenciando as formas de reconhecimento e participação social.

O presente Dossiê parte da compreensão de que as minorias sociais não constituem grupos definidos apenas por aspectos quantitativos, mas por relações históricas de desigualdade, exclusão e assimetria de poder. Pessoas privadas de liberdade, pessoas negras, povos indígenas, imigrantes, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, trabalhadores e trabalhadoras submetidos a processos de exclusão, entre outros grupos, vivenciam diferentes formas de silenciamento, apagamento e restrição de participação social. Assim, investigar a linguagem em sua dimensão social e política torna-se fundamental para compreender como essas experiências são produzidas e contestadas.

Os artigos reunidos apresentam abordagens interdisciplinares que articulam diferentes campos do conhecimento, como os estudos da linguagem, análise do discurso, comunicação, direitos humanos, educação, estudos culturais e perspectivas decoloniais. A pluralidade das pesquisas evidencia que os fenômenos sociais contemporâneos exigem olhares capazes de ultrapassar fronteiras disciplinares e considerar a complexidade das relações entre discurso, poder, identidade e resistência.

No texto “Corpos em trânsito: mulheres trans brasileiras no mercado do sexo na Europa”, a discussão sobre corpos, deslocamentos e identidades aparece no estudo sobre mulheres trans brasileiras

inseridas no mercado do sexo na Europa, evidenciando como gênero, sexualidade, raça, migração e colonialidade se entrecruzam na produção de vulnerabilidades, mas, também, na criação de estratégias coletivas de enfrentamento e emancipação. A perspectiva interseccional presente nessa análise contribui para compreender como diferentes marcadores sociais estruturam experiências de exclusão e resistência.

As relações entre língua, cultura e colonialidade são problematizadas no estudo “Cultura e língua guineenses: uma proposta decolonial de ensino”, ao questionar modelos tradicionais de ensino fundamentados em hierarquias linguísticas e epistemológicas. A valorização dos saberes produzidos por povos historicamente colonizados revela a importância de práticas educativas comprometidas com perspectivas decoloniais e com o reconhecimento da diversidade cultural.

No campo dos direitos linguísticos, o texto “Tradução, comunidades surdas e acesso à justiça: projetos de enfrentamento às desigualdades linguísticas” debate sobre comunidades surdas e acesso à justiça. Destaca a tradução e a interpretação em Libras-Português como práticas fundamentais para garantir participação social, autonomia e efetivação de direitos. A pesquisa evidencia que barreiras linguísticas também constituem formas de desigualdade e exclusão, exigindo políticas e práticas institucionais comprometidas com a acessibilidade.

As relações entre linguagem, mídia e desigualdades raciais são analisadas no texto “Reconhecido como culpado: epistemicídio, alterocídio e experiência estética na prisão injusta em ‘Vai na Fé’”. A partir da representação da prisão injusta e do racismo estrutural, demonstrando como narrativas culturais podem contribuir para tensionar discursos hegemônicos e ampliar debates sobre reconhecimento, justiça e cidadania. De modo semelhante, o estudo “A criminalização da pobreza no discurso político-midiático conservador brasileiro” evidencia como determinadas construções discursivas transformam desigualdades sociais em questões individuais ou criminais, ocultando fatores históricos e estruturais relacionados à pobreza, ao racismo e à precarização social.

As produções sobre escrita indígena no texto “A escrita de enfrentamento de mulheres indígenas: sentidos de resistência”; acolhimento de estudantes imigrantes discutido em “Do protocolo à prática: análise de estratégias de acolhimento de estudantes imigrantes no Paraná à luz da legislação nacional”; audiodescrição e agricultura familiar, nos textos “A audiodescrição em ‘A Cinderela dos Cajueiros’: literatura infantil acessível para crianças cegas” e “Linguagem, reconhecimento social e inovação rural no contexto da agricultura familiar na Zona da Mata mineira”, respectivamente, ampliam o debate ao demonstrar que a linguagem também constitui território de afirmação identitária, acesso a direitos e valorização de conhecimentos historicamente excluídos. Essas pesquisas revelam práticas de resistência presentes na literatura, na educação, nas políticas públicas, na acessibilidade e nos modos de produção de saberes sociais.

Dessa forma, este Dossiê reafirma a necessidade de compreender a linguagem como prática social atravessada por relações de poder, memória, identidade e conflito. As pesquisas aqui apresentadas contribuem para ampliar o debate acadêmico acerca das minorias sociais, evidenciando que os processos

de exclusão não são apenas materiais, mas, também, simbólicos e discursivos. Ao mesmo tempo, demonstram que a linguagem pode constituir instrumento de denúncia, mobilização e reconstrução de narrativas protagonizadas pelos próprios sujeitos historicamente silenciados.

A coletânea convida leitoras e leitores a refletirem sobre os desafios contemporâneos relacionados à diversidade humana, aos direitos sociais e à construção de sociedades mais democráticas, inclusivas e comprometidas com o reconhecimento das diferenças.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Adriana Beloti
Universidade Estadual do Paraná (Unespar)

Tânia Mara da Silva
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Pollyana dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)

Leonardo Rangel
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e Universidade Federal da Bahia (UFBA)